



Sistema de Monitoramento e de Avaliação de Políticas Públicas do Espírito Santo

**Relatório Anual de
Monitoramento e Avaliação**

Ciclo 2018

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

José Renato Casagrande

VICE-GOVERNADORIA

Jacqueline Moraes da Silva

NÚCLEO DE MONITORAMENTO E DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (coordenador)

Luiz Paulo Vellozo Lucas

SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO

Álvaro Rogério Duboc Fajardo

SECRETÁRIO DE ESTADO DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS

Lenise Menezes Loureiro

ESCOLA DE SERVIÇO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO

Nelci do Belem Gazzoni

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E INOVAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO

Denio Rebello Arantes

Equipe Técnica

Fernanda Seidel

Frederico Guilherme Nogueira

Kátia Cesconeto de Paula

Kiara de Deus Demura

Letícia Maria Gonçalves Furtado

Ligia da Motta Silveira Borges

Magnus William de Castro

Marlon Neves Bertolani

Michele Miranda

Pablo Medeiros Jabôr

Pablo Silva Lira

Victor Nunes Toscano

Thiago de Carvalho Guadalupe



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

3. Acompanhamento das Avaliações

O presente capítulo tem como objetivo apresentar as percepções dos pesquisadores no monitoramento e avaliação das políticas públicas - ciclo 2018, metodologia de pesquisa, fase dos estudos e pesquisas, bem como resultados já detectados.

3.1. Escola Viva

Pesquisa coordenada pelo servidor Magnus William de Castro.

3.1.1. A Política

O Programa Escola Viva, iniciado em 2015, gerenciado pela Secretaria de Estado da Educação (SEDU), tem como objetivo repensar a prática pedagógica, a organização curricular e redimensionamento do tempo e dos espaços escolares no sentido de estabelecer uma política educacional voltada à ampliação de oportunidades de aprendizagem aos alunos do 2º Ciclo do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

O Programa possui um conjunto de inovações: i) acolhimento aos estudantes, às equipes escolares e às famílias; ii) avaliação diagnóstica/nivelamento; iii) disciplinas eletivas (música, teatro, cinema, empreendedorismo e fotografia); iv) salas temáticas; v) clubes juvenis (“jornalzinho da escola” e “rádio da escola”); vi) ênfase prática em laboratórios; vii) tecnologia de gestão educacional; viii) tutoria; ix) aulas de projeto de vida, de práticas e vivências em protagonismo; x) aula de estudo orientado e aprofundamento de estudo (preparação acadêmica/mundo do trabalho), sendo essas atividades desenvolvidas em tempo integral.

Atualmente o Programa possui 36 (trinta e seis) Escolas Vivas, distribuídas em 27 (vinte e sete) Municípios do Estado do Espírito Santo, com pretensão de alcançar o total de 66 (sessenta e seis) escolas até o ano de 2022.

3.1.2. A Avaliação

A metodologia de pesquisa de Avaliação de Impacto Não Experimental do Programa Escola Viva – utilizando o “Score de Propensão” - considera dois grupos: i) grupo de tratados, composto por estudantes do programa (tempo integral); ii) o grupo de não tratados, composto por alunos de escolas públicas (tempo parcial). Assim, ao identificar estudantes com características semelhantes para variáveis observáveis e realizar o pareamento, cria-se um grupo de tratamento e de controle.

Almeja-se avaliar os alunos do período de 2009 a 2018, utilizando dados do Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo (PAEBES) e do Sistema Estadual de Gestão Escolar (SEGES), servindo os anos iniciais à realização de pareamento dos estudantes e ao longo do período definido pela amostragem criar os grupos de tratamento e de controle.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

A avaliação possuirá o seguinte percurso:

- 1- Realizar recorte dos alunos do 5º ano do ensino fundamental que serão observados no monitoramento e avaliação por meio do pareamento (Escore de Propensão), avaliando as características observáveis (socioeconômicas e proficiência);
- 2- Acompanhar os alunos pareados, verificando se, ao término do 9º ano, permanecem semelhantes. Caso continuem, fica comprovado que as características não observáveis (motivação) não são relevantes para esse período. Trata-se de um teste de robustez a fim de verificar se os alunos selecionados para os grupos permanecem comparáveis, ou seja, caso a motivação da escolha de estudar na Escola Viva for relacionada ao aspecto educacional (por exemplo: competir no vestibular), o viés causado por variáveis não observáveis seria elevado, inviabilizando a continuidade da pesquisa. Caso a motivação for relacionada a aspectos não educacionais (por exemplo: decidiu estudar por causa da escolha dos amigos) o viés seria reduzido;
- 3- Com os grupos de tratamento e comparação consolidados, inicia-se a avaliação e monitoramento do programa referente ao Ensino Médio. Dessa forma, será observado o Desempenho dos estudantes no PAEBES e inferir o valor médio adicionado no desempenho dos alunos, em virtude da participação em escolas de tempo integral e escolas de tempo parcial, e a diferença de resultados entre ambas.

Ainda, ao utilizar a metodologia proposta, pretende-se analisar o rendimento escolar dos alunos, ao observar os quantitativos de aprovação, reprovação e abandono ao longo dos anos (2009/2018).

Por fim, planeja-se testar a influência da participação dos alunos no Programa Escola Viva na tomada de decisão em cursar o ensino superior, ou seja, a proporção de alunos que iniciaram ensino superior em virtude de cursar a escola em tempo integral em relação àqueles alunos que estudaram em escola de ensino médio em tempo parcial.

Destaca-se que restou prejudicada a avaliação e monitoramento no ciclo de 2018 em virtude da ausência de envio dos dados do PAEBES Contextual (questionário socioeconômico) para o ano de 2012, bem como os dados do SEGES para o ano de 2009 e 2010, impossibilitando, assim, realizar o pareamento dos alunos.

Preliminarmente, foi possível avaliar que o Programa contém excesso de oferta de vagas, tanto para o ensino fundamental quanto para o médio, na maioria das escolas. Tal cálculo foi realizado ao subtrair o controle de vagas (oferta de vagas) do total de matrículas por escola.

Diante de tal constatação, foi observado que o excesso de oferta de vagas pode ter sido em razão: da falha na comunicação entre a SEDU e a comunidade (alunos e familiares, professores e diretores), pelos seguintes motivos: 1- os alunos não tiveram informação suficiente junto ao chefe de Turma para auxiliar na escolha, 2- ausência do real conhecimento do projeto, tanto pelos alunos quanto pelos familiares, os quais muitas vezes pensava-se ser mera duplicação do período escolar. Cumpre ressaltar que ausência de conhecimento do programa pelos



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

famíliares pode ter ocasionado a impossibilidade de contra argumentação com os filhos em relação à não opção do programa.

Ainda, foi vislumbrado que determinados alunos não optaram pela escola de tempo integral em razão: i) expectativa de ingresso no mercado de trabalho, ou por já realizar atividades laborativas no contraturno, ii) por preferir realizar esportes, qualificação profissional, línguas estrangeiras, entre outros, no contraturno.

Essa pesquisa qualitativa foi realizada por meio de grupos focais, ou seja, com alunos que permaneceram nas escolas que foram transformadas em Escolas Vivas, alunos que optaram por transferência para as escolas espelho (tempo parcial), entrevistas em profundidade com Diretores das Escolas Vivas e professores de ambas escolas, bem como pais dos alunos que tomaram a decisão de transferência para as escolas de tempo parcial.

Salienta-se que com a conclusão da avaliação, prevista para o primeiro trimestre de 2020, bem como o andamento e aprimoramento do programa, há expectativa de diminuição da miopia dos alunos em relação ao ingresso nas escolas de tempo integral, bem como seus benefícios futuros, em razão dos resultados alcançados pelos atuais beneficiários do programa. Ante ao exposto, com a conclusão da pesquisa, poderá ser avaliado a eficiência do gasto público na implantação das Escolas Vivas, sob a ótica do resultado alcançado pelo beneficiário.

3.2. Ocupação Social

Pesquisa coordenada pela servidora Letícia Maria Gonçalves Furtado.

3.2.1. A Política

O Programa Ocupação Social foi desenvolvido pelo Governo do Estado do Espírito Santo, por meio da Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH), destinada à inclusão social de jovens moradores de áreas de alta vulnerabilidade social, de baixa renda e expostos à violência. As primeiras ações do Programa tiveram seu início em agosto de 2016 e foram pautadas nos eixos de Qualificação Profissional, Empreendedorismo, Cultura e Esporte e Educação Socioemocional.

O objetivo principal do programa consistia na prevenção aos maiores níveis de exposição à violência de crianças, adolescentes e jovens, com idade entre 10 a 24 anos e que esteja fora da escola ou em distorção idade-série, bem como seja residentes nos 26 (vinte e seis) bairros abrangidos pelo programa.

Os bairros atendidos pelo programa foram: Zumbi, em Cachoeiro de Itapemirim; Castelo Branco, Nova Rosa da Penha, Flexal II e Nova Esperança, em Cariacica; Ayrton Senna e Bela Vista, em Colatina; Interlagos e Aviso, em Linhares; Área Urbana de Pinheiros, que inclui os bairros Colina, Domiciano, Jardim Planalto, Jundiá, Galiléia, Residencial Pinheiros, Vila Verde,